

MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO NO BRASIL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2006 A 2012

FAIR VALUE MEASUREMENTS IN BRAZIL: ANALYSIS OF SCIENTIFIC LITERATURE FROM 2006 TO 2012

Robson Braga

Universidade do Estado da Bahia

rbraga@uneb.br

Edmilson Patrocínio de Souza

Universidade do Estado da Bahia

epsousa@uneb.br

Emílio Maltez de Alves Filho

emaltez26@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a produção científica referente a mensuração a *fair value* (valor justo) no Brasil, a partir do que foi publicado nos principais periódicos da área contábil no país desde 2006, quando foi divulgada a minuta de avaliação a valor justo, que viria a se tornar a IFRS 13. Com uso de metodologia de análise de conteúdo, a partir da avaliação dos artigos e de seus respectivos achados, foi possível perceber que o debate tem sido controverso, com manifestação de preocupação por parte dos pesquisadores em torno de alguns pontos que ainda não estão claros ou não evidentes nas práticas brasileiras. Existe a preocupação em torno do entendimento conceitual e dos fundamentos práticos do valor justo. Adicionalmente, existem críticas sobre o uso do valor justo em contextos econômicos específicos, como os de crise financeira, e o uso de julgamento e subjetivismo, que não são tão comuns no contexto contábil brasileiro, podendo levar a práticas indevidas. Ademais, é apontada a necessidade de maior debate no âmbito acadêmico e o não rompimento brusco com métodos baseados em custo histórico.

Palavras-chave: Contabilidade, Mensuração de ativos, valor justo, subjetividade.

ABSTRACT

This article aims to review the scientific literature to measurement at fair value in Brazil, from which was published in the major journals of the accounting department in the country since 2006, when it was disclosed the draft assessment at fair value, that was to become IFRS 13. With use of content analysis methodology, based on the evaluation of articles and their findings, it was revealed that the debate has been controversial, with expressions of concern by researchers around some points that are unclear or not evident under Brazilian practice. There is concern about the conceptual understanding and practical foundations of fair value. Additionally, there are criticisms about the use of fair value in specific economic contexts, such as financial crisis, and the use of judgment and subjectivism, which are not so common in the Brazilian accounting context may lead to unwarranted practices. Moreover, it is pointed out the need for further debate in the academic and non- abrupt break with historical cost -based methods.

Keywords: Accounting, Valuation of assets, fair value, subjectivity.

1. INTRODUÇÃO

O avanço da contabilidade sempre esteve ligado, dentre outros fatores, à busca por medir e controlar o patrimônio e como resposta às necessidades de informações da sociedade. Sua evolução tem buscado a adaptação às circunstâncias e exigências do mercado (IUDICIBUS; MARTINS, 2007), tanto como área do conhecimento teórico como técnica. Tudo isso vem ocorrendo na medida em que os desafios envolvendo questões de ordem econômica precisam de respostas novas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012).

As teorias econômicas têm encontrado em outras ciências, tais como a psicologia, elementos que complementam sua forma de avaliar os fenômenos sociais, especialmente aqueles relativos ao comportamento dos indivíduos e empresas. Neste sentido, o papel da contabilidade tem sido muito importante para permitir que sejam dadas respostas mais coerentes aos problemas sociais e econômicos (LOPES; MARTINS, 2012).

Fundamentado no princípio de utilidade, um dos desafios da contabilidade está no processo de avaliação patrimonial, que tem motivado diversas pesquisas no âmbito científico e de profundas discussões teóricas, com eventuais confusões conceituais e debates intensos, como destaca Martins (2000). Determinar critérios para definir e avaliar ativos, por exemplo, faz parte do debate teórico desde muito tempo e parece não ter se esgotado.

A evolução teórica do conceito de ativo e, mais ainda, de sua mensuração, vem merecendo atenção de pesquisas e discussões (ALMEIDA; EL HAJJ, 1997). Dos conceitos baseados no custo histórico até aqueles baseados em mercado existem inúmeras discussões sobre avaliação patrimonial, e de ativos em particular, que rendem estudos relevantes e mudanças nos estabelecimentos dos órgãos reguladores e dos comitês internacionais de contabilidade, que têm buscado integrar conceitos e entendimentos (LUSTOSA, 2010).

Dos diversos outros métodos de avaliação patrimonial e de ativos, sustentados nos critérios de entradas e saídas, conforme destaca Tinoco (1992), cabe destaque ao valor justo (*fair value*). Muito além dos pronunciamentos dos colegiados do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e *International Accounting Standards Board* (IASB) e mais recentemente do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o valor justo tem encontrado terreno fértil para discussão, conforme apontam trabalhos como os de Penman (2007), Ryan (2008), Laux e Leuz (2009), Oliveira *et al.* (2010) e Lustosa (2010).

Com a recente empreitada brasileira de convergência às normas internacionais de contabilidade, é natural que esse debate se estenda em nível nacional. Dada sua relevância ao ambiente de mensuração dos ativos, que sempre foi um tema controverso no campo da contabilidade (MARTINS, 2000) e ainda a percepção de que esse é um dos assuntos mais expressivos no contexto teórico e prático da área (GUERREIRO *et al.*, 2005), é pertinente avançar com estudos que evidenciem o nível das discussões teóricas atualmente realizadas.

No caso do presente estudo o foco é o avanço das discussões no âmbito brasileiro, por conta dos recentes passos na busca da convergência internacional da contabilidade. Assim, o objetivo desse estudo é o de verificar as discussões realizadas no âmbito científico sobre a mensuração a valor justo, apresentadas desde 2006 nos principais periódicos de contabilidade publicados no Brasil.

Assim, para responder a questão de pesquisa sobre “quais as discussões teóricas que têm sido realizadas nas publicações científicas brasileiras de contabilidade sobre valor justo?” será empregada metodologia empírico-analítica com base na análise de conteúdo de artigos nos principais periódicos nacionais de contabilidade.

O estudo se justifica por trazer à tona discussões teóricas sobre um tema que tem sido foco de diversos debates em nível internacional, que mostram os desafios em torno da avaliação a valor justo (LAUX; LEUZ, 2009), e que tem por trás de si todo um aparato teórico acumulado, referente aos métodos de mensuração de ativos, buscando ser a solução aos problemas de avaliação patrimonial (PENMAN, 2007), que costumam chamar a atenção especialmente em tempos de crise (RYAN, 2008). Avaliar a linha dos debates no âmbito nacional é pertinente como forma de verificar se as discussões são ou não incentivadoras ao avanço da prática do valor justo e quais pontos estão sendo debatidos.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

As discussões dos conceitos de ativos e sua mensuração estão entre os mais efervescentes debates dentro do campo da contabilidade (MARTINS, 2000). Tal debate ganha nuances complexas e muitas vezes confusas e controversas, haja vista a divergência entre os grupos que estão no âmbito desse embate e que Hendriksen e Van Breda (2012) denominam de historiadores e futuristas.

A aplicação de critérios de mensuração baseado em mercado não é assunto atual, sendo pauta de muitos estudos teóricos como destacam Hendriksen e Van Breda (2012) e já vinha sendo praticado no mercado financeiro desde o início dos anos 2000, com base no SFAS 133 (*Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*), que trata de contabilidade de derivativos e outros instrumentos financeiros e que já rendia muitas discussões, especialmente na relação entre relevância e objetividade (LOPES; MARTINS, 2012).

Reside aí um dos grandes dilemas da contabilidade, a relação entre objetividade e relevância (OLIVEIRA *et al*, 2010). O custo histórico tem como principal vantagem a sua objetividade, sendo uma “inteligente distribuição de fluxos de caixa das transações ocorridas”, mas que não inclui “fatos geradores de caixa ainda por ocorrer” (MARTINS, 2000, p.30). Logo, quando se trata de relevância para o processo decisório, a informação do valor dos fluxos de caixa passados pode não fazer tanta importância quanto os fluxos de caixa atuais e futuros.

Essa discussão é uma das mais expressivas no campo da avaliação de ativos e dos estudos teóricos sobre mensuração, sendo esse considerado um debate “furioso” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012, p.304). Enquanto tal debate sobre objetividade e relevância segue pelos bastidores, a ação dos órgãos normatizadores segue na direção da mensuração a valor justo, abrindo espaço para a subjetividade, para o julgamento e para polêmicas em torno de sua aplicação, desde seu conceito (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007).

O *Conceptual Framework* publicado em parceria pelo FASB/IASB elevou o grau de subjetividade e da importância da informação contábil em detrimento das exigências de objetividade e verificabilidade. Isso, em tese, promove um aumento de relevância dos procedimentos de julgamento por parte dos profissionais contábeis, abrindo espaço para um amplo debate sobre os desdobramentos em torno dessas questões.

2.1 Visões teóricas sobre valor justo

As discussões em torno dos métodos de mensuração de ativos não é recente, já tendo ocorrido debates em âmbito teórico desde o início do século passado, apontando para a divergência entre critérios de avaliação a valor de entrada e saída, como mostram as valiosas contribuições de Limperg, Paton, Chambres, Edwards e Bell (ALMEIDA; EL HAJJ, 1997).

O advento de critérios de avaliação a valor de mercado, também conhecida como marcação a mercado (*mark-to-market - MTM*) se mostrou um avanço nos processos de mensuração e o valor justo, que abrange os critérios de MTM, é considerado um “enorme salto sobre as formas tradicionais de avaliação” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007).

Se por um lado, o método do custo histórico traz consigo a praticidade e a objetividade de se considerar um valor de entrada indiscutível, pautado nos valores dos fluxos de caixa desembolsados para obtenção do ativo; o valor justo carrega consigo toda a potencial carga de subjetividade e eventual desconfiança (LUSTOSA, 2010). Ao considerar a palavra “valor” onde antes se lia “custo”, a coisa fica ainda mais subjetiva (RAUPP; BEUREN, 2006).

A discussão ganha contornos polêmicos que perpassam pelo entendimento da própria definição de valor justo. Partindo do conceito do FASB, que buscou no SFAS 157 integrar o entendimento de uma expressão que apareceria em vários pronunciamentos de maneira disforme e dispersa (LUSTOSA, 2010), tem-se que valor justo é “preço que seria recebido na venda de um ativo, ou pago na transferência de um passivo, na data da mensuração, em uma transação normal entre participantes do mercado” (FASB, 2007). Essa definição praticamente foi mantida no *International Financial Reporting Standard 13 – Fair Value Measurement* (IFRS 13) emitido em 2011.

Já desta definição partem diversas interpretações que podem levar a considerações controversas. Ao utilizar o verbo no hipotético tempo do futuro do pretérito, o avaliador já se situa em uma condição de “limbo conceitual com tendência a levá-lo diretamente para o inferno da indefinição. Ao considerar como ‘justo’ um valor apurado em um contexto de mercado” (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007, p.11).

A contabilização a valor justo foge aos padrões típicos das mensurações a valor de entrada e saída. Embora o conceito apresentado pelo FASB traga em si o “preço recebido pela venda”, o que poderia denotar um valor de saída. Mas não parece ser simples assim, e o assunto gera debate, como apontam Iudícibus e Martins (2007). Existe o entendimento de que o valor justo pode assumir posições de preços de entradas ou saídas, como substituto ao custo histórico ou como valor de mercado observado para ativos em negociação, assumindo um perfil de “modelo misto” (PENMAN, 2007).

Em condições ótimas, o valor justo considera que o ativo seria transacionado em um mercado regular e organizado, em condições justas, por agentes que manifestam interesses em comum em transacionar o ativo, mas não em condições impositivas (LOPES; MARTINS, 2012). Notadamente, o mercado não é tão regular assim e pode ocorrer de não haver mercado ativo ou o ativo ser de baixa liquidez ou se tratar de um ativo personalizado. Para isso, foram estabelecidos níveis de mensuração do ativo em condições como essas.

O pronunciamento SFAS 157 (FASB, 2007) estabelece três níveis de mensuração, conforme Quadro 1 a seguir, adaptado com informações complementares de Lustosa (2010):

MERCADO	CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÕES
Nível 1	Quando houver disponibilidade de preços cotados em mercados em atividade para ativos e passivos idênticos e que a entidade que reporta tenha condição de acessá-los na data da mensuração.
Nível 2	Quando outros <i>inputs</i> , exceto preços cotados, estiverem disponíveis para o ativo ou passivo de modo direto ou indireto. São exemplos desses <i>inputs</i> : preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços do mesmo (ou similar) ativo ou passivo em mercados não ativos, onde há poucas transações, ou os preços variam bastante no tempo ou entre operadores do mercado; taxa de juros e de câmbio etc.

Nível 3	Quando não há <i>inputs</i> observáveis para a mensuração do valor justo, que deverá ser calculado nesses casos com o uso de técnicas de avaliação. Ocorre em situações de inexistência de mercado ativo para o ativo ou passivo. A lógica de preço de saída da definição, mesmo nesses casos, deve prevalecer, e a empresa terá que estabelecer suas próprias premissas de como os participantes do mercado avaliariam o ativo ou passivo podendo, para tanto, usar suas informações internas e ajustá-las ao nível de conhecimento que os participantes do mercado teriam destas.
---------	---

Quadro 1: Níveis de aplicação do valor justo e suas características.

O Nível 1 ocorre quando o mercado para o item existe e é ativo, ao ponto do valor justo ser confundido com o valor de mercado (LOPES; MARTINS, 2012). O grau de subjetividade desse mercado é menor e os preços são observáveis e acessíveis sem grandes embaraços. Diferente dos Níveis 2 e 3, em especial esse último, em que o uso de instrumentos de estimação é requerido. Nesses casos, o valor justo depende de fatos e circunstâncias do mercado e pode requerer o uso de julgamento significativo (SFAS, 157).

O contexto de mercado, por sua vez, pode se mostrar favorável, nos tempos em que a economia está em franco processo de expansão e os preços estão em tendência de estabilidade ou crescimento, como também pode caminhar no sentido inverso, promovido por um contexto de retração econômica ou mesmo de crise dos mercados. Essas variações típicas do mercado influenciam o comportamento dos preços dos ativos e naturalmente a percepção de valor e aceitação por parte dos agentes do que seria considerado “justo”, especialmente em tempos de crise (LAUX; LEUZ, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2010).

2.2 Sob condições (a)normais

O que parece estar ocorrendo é que os agentes entendem que o uso de métodos fundados em custo histórico não dá conta das necessidades preditivas e de tomada de decisões sobre o futuro dos negócios (MARTINS, 2000), mas por outro lado ainda não há um consenso quanto ao valor justo ser a alternativa mais adequada, como mostra o estudo de Plantin *et al.* (2008).

Se o poder informativo trazido pela mensuração a valor justo é considerado maior e mais próximo da visão do mercado (LOPES, 1999), ocorre que os agentes ainda não estão prontos para assumir uma perda de valores de mercado tão expressiva quanto a que acontece em momentos de turbulência econômica, levantando suspeitas sobre o valor justo ser um catalisador ou agravador dos efeitos da queda de preços nos tempos de crise (LAUX; LEUZ, 2009).

A ausência de critérios lineares para avaliação, devido à complexidade de se mensurar o valor de ativos em mercados de baixa liquidez, é outro ponto que coloca o valor justo em questionamento (LUSTOSA, 2010). O próprio IASB reconhece que existem severas críticas ao fato de o valor justo poder levar a práticas imprudentes, em que se elevaria o valor de ativos e se reconheceria ganhos inexistentes ou deixaria de aceitar perdas existentes (HOOGERVORST, 2012) por conta de uma subjetividade irresponsável.

A recente crise ocorrida com o mercado de hipotecas americano derrubou o preço dos ativos financeiros em todo o mundo, o que lançou dúvidas sobre a prática do valor justo como um elemento de agravamento da crise (LAUX; LEUZ, 2009). A comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (*U.S. Securities and Exchange Commission – SEC*) chegou a emitir um relatório a fim de deixar clara sua posição em relação ao uso da contabilidade a valor justo (SEC, 2008). No referido documento a SEC manifesta, dentre outros elementos, que a

mensuração a valor justo deve ser melhorada, mas não suspensa e que devem ser desenvolvidos instrumentos de elevação dos padrões de avaliação a mercado e uso do bom senso (SEC, 2008).

O fato de se voltar para diferentes usuários e objetivos, o valor justo pode atender a interesses divergentes, satisfazendo a alguns usuários em detrimento a outros em certos momentos (PENMAN, 2007). O fato de a contabilização a valor justo não estar ainda amadurecida e ser preciso maior objetividade em sua mensuração (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007) permite que dúvidas sobre sua relevância sejam levantadas.

E em função disso e das peculiaridades que cercam ambientes controvertidos como os de crise dos mercados, a discussão em torno da utilização do custo histórico em alternativa ao valor de mercado ganha relevância, como no estudo de Allen e Carletti (2008). A marcação a mercado tem sido questionada em termos de ser uma solução ideal e plena a todos os problemas (PLANTIN *et al.* 2008), uma vez que os preços saem das faixas consideradas coerentes em momentos de crise.

Os episódios envolvendo crises e a validação a preço de mercado, recheada de movimentos especulativos, especialmente no mercado financeiro, lançou foco sobre a validade dos instrumentos de contabilização a valor de mercado em situação de elevada sensibilidade dos agentes ao risco, como já haviam verificado De Bondt e Thaler (1985). Esse comportamento de reação exagerada, também conhecido como “efeito manada” é estudado na área das finanças comportamentais (BARBERIS; THALER, 2003) e está no campo da subjetividade analítica dos agentes.

A aceitação da subjetividade no contexto da mensuração contábil pode ser considerada recente, visto que durante muito tempo se conviveu com a objetividade dos custos. A prudência das estimativas, quando essas eram feitas, rendiam linhas de atuação relativamente estáveis, independente dos acontecimentos na realidade econômica. Um processo de mudança era inevitável e naturalmente esperado, haja vista a elevação da complexidade das relações entre os agentes no mercado.

Notadamente essas mudanças não ocorreram de modo instantâneo, são reflexos de um processo que se desdobra desde décadas (HOWIESON, 2003). A reestruturação de práticas contábeis é comum de tempos em tempos, como no caso da grande depressão de 1929 (LUSTOSA, 2010).

Segundo Martins e Santos (2008) a saída para se evitar aplicações incoerentes com os fundamentos do valor justo, baseadas em julgamento, está na prática de uma expressão cunhada pelo professor Iudícibus, chamada “subjetivismo responsável”, que se deve a realizar práticas que envolvem julgamento de forma sensata e coerente.

3. METODOLOGIA

Buscando atingir os objetivos do presente estudo, a metodologia valeu-se da identificação de produção científica sobre o tema “valor justo” ou “*fair value*” nas publicações brasileiras da área contábil. Para a análise e interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo que é utilizada como complemento a pesquisa documental, sendo válida para fins exploratórios, como é o caso do objetivo da pesquisa em questão, conforme recomendações de Martins e Theóphilo (2009). Dada a natureza eminentemente qualitativa dos dados, aplicou-se a análise de frequência como técnica auxiliar para interpretá-los.

O universo da amostra se refere aos periódicos publicados no Brasil na área contábil. Desse universo foram selecionados os periódicos que constavam da lista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que tinha um padrão de qualidade Qualis A ou B, que sinalizam os periódicos mais bem avaliados segundo os critérios da CAPES. Tal seleção se justifica por acreditar que a produção científica publicada nestes periódicos possam bem representar o que de mais relevante tem sido pesquisado no país. Por esses critérios foi identificado um total de trinta e dois periódicos, que atendiam a esse requisito.

Visto o objetivo da pesquisa de analisar o debate sobre o tema valor justo, foram feitas consultas nos respectivos periódicos, com base em um filtro de pesquisa com os seguintes termos no título ou objetivo dos artigos: “valor justo”, “*fair value*”, “avaliação de ativos”, “mensuração de ativos”. A pesquisa cobre trabalhos publicados entre 2006 e 2012. Foram consultados apenas os artigos publicados a partir de 2006, ano em que o FASB e IASB publicaram o memorando de entendimento sobre valor justo para emissão do que viria a ser o *International Financial Reporting Standard 13 – Fair Value Measurement (IFRS 13)*.

Com base nesses critérios de seleção, foram encontrados artigos com referência aos temas procurados em catorze dos periódicos pesquisados. A Tabela 1 expõe a lista dos periódicos, sua classificação pelo Qualis da CAPES e o número de artigos inicialmente encontrados com os temas em questão, que variou de um até seis em um mesmo periódico.

Dessa seleção inicial foi feita avaliação criteriosa dos objetivos e metodologia, observando se o estudo estava focado no contexto brasileiro ou se os autores utilizavam como base de referência o mercado nacional. Com isso, foram percebidos que havia alguns artigos que estavam fundados em outros contextos ou utilizavam base de dados de outros países, como Portugal e Colômbia, o que fez com que oito artigos fossem excluídos da amostra, restando um total de vinte artigos na base de dados final do presente estudo.

Em seguida foram feitas análises dos objetivos e do conteúdo das considerações finais, destacando a relevância dos achados na direção de demonstrar que pontos têm sido discutidos por parte dos estudiosos brasileiros, verificando se tem havido um debate favorável ao valor justo como método de avaliação de ativos ou se há, por outro lado, um debate mais de discordância dos princípios, métodos, práticas e consequências do que o valor justo poderia redundar.

TABELA 1: Periódicos que publicaram artigos sobre valor justo no período 2006 a 2012.

Título do Periódico	Entidade Responsável	Qualis Capes	Número de Artigos Encontrados
Base – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	B2	1
<i>BBR – Brazilian Business Review</i>	FUCAPE Business School	A2	1
Contabilidade Vista & Revista	Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais	B1	1
Contabilidade, Gestão e Governança	Universidades Federais de Brasília, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília	B2	2
Contexto	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	B3	2
Enfoque: Reflexão Contábil	Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM)	B2	1

Pensar Contábil	Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro	B3	6
Revista Ambiente Contábil	Departamento de Ciências Contábeis (DCC) da UFRN	B3	1
Revista Contabilidade & Finanças	Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração em Contabilidade da Universidade de São Paulo (EAC/FEA/USP).	A2	3
Revista Contemporânea de Contabilidade	Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	B3	1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (on-line)	Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	B4	2
Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)	Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto e do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade FEA-RP da Universidade de São Paulo - USP	B1	1
Revista Universo Contábil	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)	B1	5
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro	B3	1
TOTAL			28

Fonte: Elaboração pelos autores com dados da CAPES e periódicos.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto na Tabela 1 foram identificados inicialmente vinte e oito artigos que de alguma forma apresentaram temas relacionados com o valor justo. Os referidos trabalhos foram avaliados a partir de seu título, objetivo e considerações finais, buscando identificar se os resultados obtidos e conteúdo dos argumentos dos autores apontam pontos fortes ou fracos do tema em questão e se, a partir desses resultados, o valor justo é favorecido ou questionado como técnica de mensuração de ativos com base nas publicações científicas no âmbito brasileiro.

Após ser feita triagem mais apurada da amostra, foram eliminados oito artigos que não atendiam os requisitos estabelecidos, restando um total de vinte artigos, cujo perfil é exposto na Tabela 2.

TABELA 2: Objetivos dos artigos listados por periódicos

Título do Periódico	Ano de Publicação	Objetivo
Ambiente Contábil	2012	Analisar a opinião dos contadores e professores, da graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, acerca da mensuração a valor justo, conforme normas do FASB e do IASB.
BASE – Unisinos	2012	Avaliar se a evidenciação e a divulgação contábeis, efetuadas pela União, do uso dos depósitos judiciais atendem aos princípios da teoria contábil e da gestão fiscal responsável, com a produção de informações transparentes, confiáveis e relevantes.
BBR – <i>Brazilian Business Review</i>	2008	Verificar se existem diferenças significativas entre os índices das empresas que fazem reavaliação e os índices das que não fazem, apresentando assim, um perfil econômico-financeiro dos dois grupos de empresas.

Contabilidade, Gestão e Governança	2009	Analisar os artigos de natureza empírica sobre o <i>impairment test</i> que foram publicados em <i>journals</i> em língua inglesa a partir do ano 2000.
	2009	Pesquisar como está a situação no Brasil com relação aos ativos intangíveis e compará-la com os demais sistemas contábeis
Revista Contabilidade & Finanças	2006	<i>Analizado el impacto en La volatilidad de los resultados y fondos propios de los bancos que operan en Brasil, como consecuencia de la implementación del criterio de evaluación y registro a valor razonable para los TVM y derivados.</i>
	2005	Utilização da remuneração a funcionários baseada em ações, utilizando a mensuração a valor justo das opções de ações, para fins de determinação da remuneração.
Revista Contemporânea de Contabilidade	2008	Discutir os impactos da adoção do valor justo no Brasil.
Pensar Contábil	2011	Elucidar o conceito de valor justo aplicado a ativos tangíveis, particularmente o estoque e o ativo imobilizado.
	2011	Discutir as avaliações do ativo e os métodos de reconhecimento da flutuação do poder aquisitivo da moeda e à necessidade de instrumentos adicionais de atualização monetária.
	2008	Demonstrar o processo de mensuração do valor econômico de ativos imobilizados por meio da integração conceitual do <i>fair value</i> e do <i>impairment</i> em uma rede de fotocópias.
	2012	Avaliar o grau de observância das disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 29, em relação aos ativos biológicos e produtos agrícolas, por três grandes empresas do agronegócio brasileiro na área de alimentos e atividades frigoríficas: JBS, Brasil Foods e Marfrig Group.
	2008	Analisar a propriedade e adequação da utilização das técnicas mais usuais de avaliação de empresas em perícias contábeis mediante o estudo de cinco laudos periciais.
Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)	2009	Analisar o impacto da Deliberação CVM nº. 566/08 e da Instrução CVM nº. 475/08 no <i>disclosure</i> de informações de operações com instrumentos financeiros derivativos das companhias abertas no Brasil.
Enfoque: Reflexão Contábil	2011	Avaliar como as empresas geram informações que espelhem nas demonstrações financeiras a verdadeira representação dos ativos e passivos das empresas.
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (on-line)	2011	Verificar o que as empresas de capital aberto brasileiras têm divulgado a respeito da utilização do valor justo em ativos.
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2008	Verificar a incidência do valor justo nas normas contábeis brasileiras, apresentando os seus métodos de avaliação.
Revista Universo Contábil	2011	Verificar o impacto da avaliação de ativos pelo custo corrente em empresas de tecnologia da informação.
	2008	Analisar os efeitos da utilização dos critérios estabelecidos para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos em relação aos impostos diferidos e verificar o tratamento dispensado a esses ativos e passivos pelas empresas que exploram a atividade rural de pecuária no Estado de Mato Grosso.
Contabilidade Vista & Revista	2011	Verificar se as companhias de capital aberto que reconheceram redução no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no CPC-01.

Fonte: Elaboração pelos autores com dados dos periódicos pesquisados.

Nota-se uma maior concentração de publicações nos anos de 2011 e 2012, com seis e três publicações, respectivamente. Nesses anos a discussão sobre valor justo ganha força com a publicação do IFRS 13 – *Fair Value Measurement*. Neste período no Brasil começa a vigorar o CPC 01 referente à “Redução ao Valor Recuperável”, conhecido por *impairment test*. A busca por entendimento do impacto dessas normas foi evidente no contexto acadêmico e de mercado.

Os vinte artigos foram escritos por cinquenta e três autores vinculados a dezessete instituições de ensino, sendo que mais da metade dos autores pertencem a apenas três instituições de ensino (UFRJ, UFSC e USP), conforme se verifica na Tabela 3.

TABELA 3: Produção por Instituição dos Autores

Instituição	Quantidade de Autores	% do total de Autores
UFRJ	14	26,42%
UFSC	8	15,09%
USP	6	11,32%
UERJ	3	5,66%
UFRN	3	5,66%
UNB	3	5,66%
UNIR	3	5,66%
UFF	2	3,77%
UNISINOS	2	3,77%
UTFP	2	3,77%
Universidad Centroccidental “Lisandro Alvarado” Venezuela	1	1,89%
FGV	1	1,89%
FURB	1	1,89%
FURG	1	1,89%
UDESC	1	1,89%
UFC	1	1,89%
Universidad de Zaragoza - Espanha	1	1,89%
Total	53	100%

Fonte: Elaboração pelos autores com dados dos periódicos pesquisados.

O teor dos resultados não muda quando se considera apenas os primeiros autores de cada trabalho, conforme Tabela 4.

TABELA 4: Produção por Instituição dos primeiros Autores

Instituição	Quantidade de Autores	% do total de Autores
UFRJ	5	25,00%
UFSC	3	15,00%
USP	2	10,00%
FURG	1	5,00%
UDESC	1	5,00%
UERJ	1	5,00%
UFC	1	5,00%
UFF	1	5,00%
UFRN	1	5,00%
UNB	1	5,00%
UNIR	1	5,00%
Universidad de Zaragoza - Espanha	1	5,00%
UTFP	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração pelos autores com dados dos periódicos pesquisados.

As revistas Pensar Contábil, Contabilidade & Finanças, Contabilidade, Gestão & Governança e Universo Contábil juntas publicaram mais da metade dos trabalhos sobre Fair Value que vieram a público no período analisado, conforme Tabela 5.

TABELA 5: Quantidade de artigo publicado abordando Fair Value – por periódico de 2006 a 2012

Periódico	Quantidade de Artigos	% do Total
Pensar Contábil	5	25,00%
Contabilidade & Finanças	2	10,00%
Contabilidade Gestão e Governança	2	10,00%
Universo Contábil	2	10,00%
Ambiente contábil	1	5,00%
BASE: Revista de Administração e Contabilidade	1	5,00%
BBR	1	5,00%
Contabilidade Vista & Revista	1	5,00%
Enfoque: Reflexão Contábil	1	5,00%
Revista Contemporânea de Contabilidade	1	5,00%
Revista de Contabilidade e Organizações	1	5,00%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1	5,00%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	1	5,00%
Total	20	100,00%

Fonte: Elaboração pelos autores com dados dos periódicos pesquisados.

Dos vinte artigos estudados, nota-se que nenhum deles apresentou argumentos definitivamente contrários à prática do valor justo como método de mensuração de ativos. No entanto, foram discutidas preocupações em torno da assimilação por parte de preparadores das demonstrações, bem como das entidades em geral, sobre os processos de mensuração e evidenciação a valor justo.

A partir da análise de conteúdo, por meio da avaliação dos achados e considerações apresentadas pelos autores dos artigos avaliados, foi possível identificar os pontos mais relevantes destacados nos referidos estudos, conforme Quadro 02.

Os autores apresentam discussões que demonstram aceitação do valor justo como método adequado de mensuração de ativos. Porém, existe a preocupação em torno da compreensão dos critérios de mensuração a valor justo tanto de acadêmicos quanto de profissionais da área contábil, e demonstração de preocupação em relação à necessidade de redução do nível de desconhecimento de preparadores e usuários.

O nível de evidenciação por parte das entidades que adotaram o método de mensuração a valor justo ainda é baixo e com lacunas em termos do que as normas exigem, conforme os estudos de Souza *et al.* (2011), como no caso de perdas de valor dos ativos. O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, conhecido como “*impairment test*”, previstos no CPC 01, ainda não é tão difundido no Brasil quanto o é no exterior, como apontam Zandonai e Borba (2009).

Parte da explicação a esse fenômeno pode residir no fato de serem normas recentes no contexto nacional e de nem todas as normas internacionais terem sido publicadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Por exemplo, nem todas as formas de mensuração a valor justo são evidenciadas nas normas brasileiras, conforme constam da IFRS 13, cuja aplicação por parte das entidades que adotam as normas internacionais será exigida a partir dos exercícios iniciados em janeiro de 2013, e que ainda não foi editada em norma correlata pelo CPC.

Ademais, a influência do viés tributário ainda permanece sobre a prática dos profissionais contábeis, retardando a aplicação do uso do subjetivismo e julgamento. Conforme destacam Murcia *et al.* (2008), essa questão é ainda complementada pelo fato do Brasil ser regido por sistema *Code Law* e de um *enforcement* por parte da Comissão de Valores Mobiliários para a prática do valor justo.

Seguindo a linha proposta por Barth e Taylor (2010), Cosenza e Laurencel (2011) defendem o valor justo para a mensuração de ativos, pois o uso do valor justo aproximaria a Contabilidade da Economia. A busca pela “*accounting follows economics*”, ou seja, pela contabilidade buscando seguir a economia, é também defendida por Murcia *et al.* (2008), que defendem que o uso do valor justo, no entanto, deve respeitar as peculiaridades de cada país.

PONTOS RELEVANTES
<ul style="list-style-type: none"> • Valor justo como método de mensuração mais adequada à realidade econômica dos negócios e natureza dos ativos e como alternativa plenamente adequada ao método do Custo Histórico.
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de <i>enforcement</i> tem dificultado a implantação dos métodos de valor justo por parte das empresas brasileiras. Sistema <i>Code Law</i> ainda muito apegado a forma sobre a essência.
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de entendimento por parte de elaboradores e usuários das demonstrações contábeis dos métodos de avaliação a valor justo, percebido pela parcialidade no uso dos critérios normativos.
<ul style="list-style-type: none"> • A subjetividade e julgamento exigidos pelas técnicas de mensuração a valor justo, especialmente para ativos cujos mercados não são ativos, tem sido pontos a evoluir.
<ul style="list-style-type: none"> • Valor justo em contextos de crise dos mercados ou em momentos considerados “anormais” coloca em questão o método, uma vez que poderia gerar resultados inconsistentes com a realidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de melhor discussão no âmbito acadêmico, a fim de formar futuros profissionais da área para lidar com o subjetivismo e o uso de julgamento na prática contábil.
<ul style="list-style-type: none"> • Uso do valor justo no mercado financeiro parece estar bem assimilado, especialmente para o mercado de derivativos, por força de norma anterior.
<ul style="list-style-type: none"> • Desafio ao valor justo para ativos biológicos e intangíveis, cujos mercados não são ativos e para os quais nem sempre há referência consistente disponível.
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do custo histórico para fins de evitar equívocos derivados do subjetivismo irresponsável ou práticas de julgamento inadequadas.

Quadro 2: Pontos relevantes discutidos nos artigos sobre valor justo publicados no Brasil.

Tais peculiaridades é um dos pontos que talvez justifique algumas das críticas apontadas por autores que defendem a adequação do valor justo a contextos inflacionários, por exemplo, como o faz Ayres *et al.* (2011), que destacam que a influência da inflação pode trazer problemas ao uso do valor justo no longo prazo, devendo ser feitos ajustes que corrijam tal problema, o que pode gerar custos que precisam ser ponderados para fins de coerência com o valor da informação.

Fica claro que o debate não se esgota com apontamentos isentos de críticas ao valor justo. Como destaque cabem as preocupações apontadas por Lustosa (2010) e das críticas ao valor justo vistas nos estudos de Laux e Leuz (2009) e Ryan (2008), especialmente em contextos de crise e de eventuais peculiaridades do mercado, como a inflação e flutuações consideradas excepcionais por parte da economia. Apesar da preocupação por trás da elevação dos níveis de volatilidades dos mercados por conta do valor justo ter sido refutada nos estudos de Monteiro e Guevara-Grateron (2006).

De todo modo a aplicação do valor justo para ativos biológicos (WANDERLEY *et al.*, 2012) e os critérios de evidenciação de perdas de valor recuperável como reflexo da avaliação a valor justo (RAUPP; BEUREN, 2008; SOUZA *et al.*, 2011) ainda não estão totalmente assimiladas. Além da necessidade de discutir no âmbito acadêmico os conceitos e aplicações do valor justo (MELO *et al.*, 2012), cabe ainda muito avanço nas práticas das entidades no que tange ao uso e evidenciação das práticas de valor justo (MURCIA *et al.*, 2008; AYRES *et al.*,

2011; SOUZA *et al.*, 2011) e do dilema em torno do uso do custo histórico em situações específicas (COSENZA; LAURENCEL, 2011) ainda merecem atenção e devem render estudos futuros e muito debate no âmbito acadêmico e de mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensuração de ativos sempre foi um tema que rendeu discussões e debates acalorados no âmbito acadêmico, e redundou em diversas mudanças nas práticas contábeis, seja por força da imposição de normas ou pela adequação dos princípios normalmente aceitos, sempre a fim de responder a necessidade do mercado por informações confiáveis que reflitam a mais fiel configuração da situação econômica das entidades.

No presente artigo buscou-se verificar o teor das discussões mais recentes publicadas no Brasil em torno do valor justo, método de mensuração de ativos que busca, ao menos em teoria, aproximar o valor dos ativos da realidade econômica e do contexto contemporâneo dos mercados, rompendo com as fragilidades da defasagem e perda de representatividade do custo histórico.

O objetivo do estudo foi verificar se as discussões no âmbito científico realizados sobre a mensuração a valor justo, apresentados desde 2006 nos principais periódicos de contabilidade publicados no Brasil apresentam resultados favoráveis ou desfavoráveis a sua aplicação. A escolha do ano de 2006 como corte se deveu ao fato de ter sido neste ano a publicação da minuta para discussão sobre valor justo pelo FASB/IASB.

A partir da avaliação de conteúdo dos artigos e dos respectivos achados, foi possível perceber que o debate tem sido favorável, mas com manifestação de preocupação por parte dos pesquisadores em torno de alguns pontos que ainda não estão claros ou não evidentes nas práticas brasileiras.

Discute-se a preocupação em torno do entendimento conceitual e dos fundamentos práticos do valor justo. Existem críticas sobre o uso do valor justo em contextos econômicos específicos e o uso do julgamento e subjetivismo, que não são comuns no contexto brasileiro, podendo levar a práticas indevidas. Ademais, é apontada a necessidade de maior debate no âmbito acadêmico e o não rompimento brusco com métodos baseados em custo histórico.

O presente estudo busca contribuir com o debate em torno do valor justo, condensando o que foi produzido até então sobre o tema no âmbito brasileiro. O estudo não pode ser generalizado, vez que se rendeu apenas ao conteúdo dos periódicos e não buscou os recentes trabalhos apresentados em congressos científicos ou em teses e dissertações. A metodologia não buscou avaliar os instrumentos de pesquisa utilizados pelos autores, verificando a consistência de seus achados. Também não foi feita uma avaliação do nível de impacto dos estudos avaliados, de modo a validar sua relevância no âmbito científico nacional. Tudo isso pode redundar em novos estudos.

De toda forma, fica claro que a prática da mensuração a valor justo ainda não está plenamente assimilada e ainda há muito a discutir e avançar para que de fato se tenha um processo de atendimento ideal da Contabilidade seguindo a Economia. Reside nessa área fértil amplo espaço para pesquisas futuras, dadas as evidentes lacunas que ainda precisam ser ocupadas nesta área de estudo.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, F; CARLETTI, E. Mark-to-Market Accounting and Liquidity Pricing. **Journal of Accounting and Economics**, 2008.
- ALMEIDA, M. G. M.; EL HAJI, Z. S. Mensuração e Avaliação do Ativo: uma Revisão Conceitual e uma Abordagem do Goodwill e do Ativo Intelectual. **Caderno de Estudos**, São Paulo: FIPECAFI, v. 9, n. 16, p. 66-83, julho/dezembro, 1997.
- AQUINO, F. Q. A.; PEDERIVA, J. H. A evidenciação e divulgação do uso dos depósitos judiciais pela união. **BASE – Revista de Administração da Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 134-146, abril/junho, 2012.
- AYRES, R.M.; MIGNONI, T.C.; SILVA, P.R.; SZUSTER, N. O ativo e suas avaliações: a estrutura de mensuração atual reconhece o impacto da flutuação do poder aquisitivo da moeda? **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRCRJ, v.13, n.52, p.26-35, set-dez.2011.
- BARBERIS, N., THALER, R. A survey of behavioral finance. **Handbook of the economics of finance**. Amsterdam: Elsevier, v. 1, p. 1053–1128, 1985.
- BARTH, M. TAYLOR, D. In defense of fair value: Weighing the evidence on earnings management and asset securitizations. **Journal of Accounting and Economics**, v. 49, p. 26–33, 2010.
- BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- COSENZA, J.P.; LAURENCEL, L.C. Análise epistemológica da valoração como constructo para decisões estratégicas: óticas contábil e econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**. Maringá: UEM, v.30, n.3, p.60-78, set-dez.2011.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamentos técnicos contábeis 2011**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.
- CRISOSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, Janeiro / Abril, 2009.
- DAMEDA, A. N.; ALVES, T. W.; OTT, E. Uso do custo corrente na avaliação de ativos de empresas de tecnologia da informação. **Universo Contábil**,
- DeBONDT, W.; THALER, R. Does the market overreact? **Journal of Finance**, v. 40, n. 3, p. 793-805, 1985.
- FASB. Statement of Financial Accounting Standards 133 – **Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities**. FASB: 1998.
- FASB. Statement of Financial Accounting Standards 157 – **Fair Value Measurements**. FASB: 2007.
- GUERREIRO, R.; CROZATI, J.; RIBEIRO, M. S. Mensuração de ativos nos relatórios gerenciais de companhias abertas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 91-107, julho/setembro 2005.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.
- HOOGERVORST, H. **The Concept of Prudence: dead or alive?** FEE Conference on Corporate Reporting of the Future on IFRS. Belgium: 2012.

HOWIESON, B. **Accounting practice in the new millennium: is accounting education ready to meet the challenge?** 2003.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, 2007.

LAUX, C.; LEUZ, C.. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**, 2009.

LOPES, A. B. Uma análise crítica do arcabouço teórico do SFAS 133: Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities. **Caderno de Estudos FIPECAFI**. São Paulo, v. 11, n. 22, p.16-27, set./dez.1999.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2012.

LUSTOSA, P. R. B. A (In?) Justiça do Valor Justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010. **Anais...** São Paulo: FIPECAFI, 2010.

MARTINS, E.. Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica. **Cadernos de Estudos**. São Paulo: FIPECAFI, v.13, n. 24, p. 28-37, julho-dezembro, 2000.

MARTINS, E.; SANTOS, A. **Alguns pontos da Lei 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira**. São Paulo: IBEF, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009, 2 ed.

MELO, C. L. L.; VIEIRA, E. R. F. C.; NIYAMA, J. K.; MÓL, A. L. R. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. **Revista Ambiente Contábil**. Natal: UFRN, v. 4. n. 1, p. 138 – 155, jan./jun. 2012.

MONTANDON, M. M.; SIQUEIRA, J. R. M. de; OHAYON, P. Avaliação de empresas em perícias contábeis: um estudo de casos. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 39, Rio de Janeiro: RJ, 2007.

MONTEIRO, J.C.P; GUEVARA-GRATERON, I.R. Impacto de la aplicación del fair value en la volatilidad de la banca brasileña: un estudio empírico. **Contabilidade e Finanças**. São Paulo: USP, n.40, p.102-119, jan-abr.2006.

MURCIA, F.D.; SILVA, A.C.; BARRETO, E.; CARVALHO, L.N.G. Conjectures Regarding the Adoption of Fair Value Measurements in Brazil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis: UFSC, ano 5, v.1, p.11-28, jan-jun.2008.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Regulação contábil e a divulgação de informações de operações com instrumentos financeiros derivativos: análise do impacto da CVM nº 566/08 e da CVM nº 475/08 no disclosure das companhias abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo: SP, v.3, n. 6, Maio / Agosto, 2009.

NUNES, A. A.; MARQUES, J. A. V. DA C. Planos de incentivos baseados em opções de ações: uma exposição das distinções encontradas entre as demonstrações contábeis enviadas à CVM e à SEC. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: SP, v. 16, n. 38, Maio / Agosto, 2005.

OLIVEIRA, E. B.; MURCIA, F. D.; LIMA, I. S. Impacto da mensuração pelo valor justo na crise financeira mundial: Identificando a percepção de especialistas em economia e finanças. Congresso USP. **Anais...**2010.

PENMAN, S. H. Financial reporting quality: is fair value a plus or a minus? **Accounting and Business Research**, 2007.

PLANTIN, G. E.; SAPRA, H.; SHIN, H. S. Marking-to-Market: Panacea or Pandora's Box? **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 2, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test. In: 6º Congresso de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2006.

RECH, I. J.; PEREIRA, I. V.; OLIVEIRA, J. R. Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: um estudo de seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais do estado de mato grosso. **Revista Universo Contábil**, Blumenal: SC, v. 4, n. 2, p. 42-58, 2008.

RYAN, S. G., Accounting in and for the Subprime Crisis. **Accounting Review**, 2008.

SCHVIRCK, E.; GIASSON, O. R. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. **Braslian Business Review**, v. 5, n. 3, Vitoria: ES, Setembro / Dezembro, 2008.

SEC - Securities and Exchange Commission Spotlight On: **Fair Value Accounting Standards**, SEC: 2008.

SILVA, A. F. S. da; SILVA, E. P. da; DENBERG, M. W. dos S. Mensuração do fair value de ativos tangíveis: estoque e ativo imobilizado. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 51, Rio de Janeiro: RJ, p. 48-55, 2011.

SOUZA, M.M.; BORBA, J.A. UHLMANN, V.O. Valor justo: uma verificação das informações divulgadas por empresas de capital aberto brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, v.16, n.3, p.99-114, set-dez.2011.

SOUZA, M.M.; BORBA, J.A.; ZANDONAI, F. Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 2, Belo Horizonte: MG, p. 67-91, 2011.

TINOCO, J. E. P. Avaliação Patrimonial em Contabilidade á Valores de Entrada e Saída. **Caderno de Estudos**. São Paulo: FIPECAFI, n. 6. 1992.

WANDERLEY, C.A.N.; SILVA, A.C.; LEAL, R.B. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **Pensar Contábil**. Rio de Janeiro: CRCRJ, v.14, n.53, p.53-62, jan-abr.2012.

ZANDONAI, F. BORBA, J.A. O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o teste de impairment: uma análise dos Journals em língua inglesa. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v.12, n. 1, p.24-34, jan-abr.2009.